



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À QUESTÃO RACIAL E AO RACISMO

DANIELA LEONEL DE PAULA MENDES¹

Resumo

Apresentamos neste texto uma reflexão sobre o exercício profissional do Assistente Social frente à questão racial e ao racismo, os quais são entendidos enquanto expressões da questão social postas sob determinações cotidianas numa conjuntura conservadora. Destaca-se o compromisso ético-político perante essa demanda profissional. A discussão é oriunda de estudo bibliográfico.

Palavras-Chave: serviço social; exercício profissional; questão social; raça; racismo.

Abstract

We present in this text a reflection about the Social Worker's professional practice regarding racial issues and racism, which are understood as expressions of social question placed under daily determinations in a conservative context. The ethical-political commitment to this professional demand stands out. The discussion comes from a bibliographic study.

Keywords: social work; professional practice; social question; race; racism.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

Introdução

O texto ora apresentado aborda, de forma aproximativa, a discussão sobre o debate do racismo e da questão racial e sua relação com o exercício profissional do Assistente Social. Vale dizer, antecipadamente, que a argumentação construída foi realizada por uma mulher branca, cuja vivência no mundo não está determinada pelo preconceito de raça/cor, mas que possui responsabilidade com o debate e com a luta contra o racismo, seja no âmbito pessoal (pelo privilégio da branquitude e pela condição humanitária), seja no âmbito profissional (pelos compromissos ético-políticos enquanto Assistente Social).

Iremos abordar os determinantes postos na atualidade para o exercício profissional do Assistente Social no cotidiano, considerando as questões de raça e racismo postas enquanto demandas profissionais. Entendemos que a análise destas demandas requer considerar a tripla opressão em articulação - classe, raça e gênero - que impera na sociedade do capital.

Compreendemos que o exercício profissional do Assistente Social na atualidade é condicionado por determinantes concretos numa conjuntura conservadora, na qual é possível identificar diferentes projetos de profissão em disputa. Instiga-nos as dificuldades enfrentadas pelos profissionais diante de limites estruturais e conjunturais para um efetivo exercício de suas atividades e o papel exercido pelo Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social nessa realidade.

O século XXI irrompe com diversos desafios para a humanidade, delineando um contexto político, econômico e social incerto e em colapso. O sistema capitalista continua aprofundando suas desigualdades sociais características, ao mesmo tempo em que continuam crescendo suas crises estruturais. Esse cenário acirra as consequências da exploração do trabalhador pela classe capitalista e a questão social radicaliza-se, permanecendo no cenário político atual aliando suas tradicionais manifestações com as novas (IAMAMOTO, 2008).

No contexto brasileiro tivemos um saldo desolador do último governo de direita (Jair Bolsonaro - 2019/2022), o qual direcionou um projeto ultraconservador e reacionário com claros ataques aos direitos sociais, humanos, culturais, políticos e econômicos de cunho mais progressista¹. Neste cenário, a questão racial é atingida ostensivamente, num processo de aviltamento da situação de vida das pessoas negras, se considerarmos estes sujeitos como as principais vítimas do aprofundamento da questão social.

¹ Projeto este parcialmente em desconstrução pelo atual governo de esquerda (Luiz Inácio Lula da Silva - 2023/2026). Não faremos análises dos governos citados tendo em vista o foco do artigo.

O enfrentamento ao racismo exige, portanto, um compromisso político concreto e articulado entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais (DIAS, 2015) e o Assistente Social tem um importante papel nesse processo ao lidar com as expressões do racismo no cotidiano do exercício profissional, seja através da prestação de serviços sociais, seja como sujeito político em ação nos movimentos sociais.

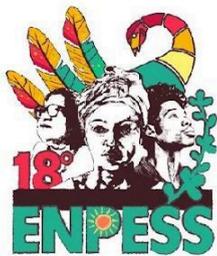
Com esse texto objetivamos contribuir com o necessário respeito às diversidades e culturas múltiplas, aspecto intimamente relacionado à luta por afirmação de direitos e pela emancipação humana (DIAS, 2015), horizonte alinhado ao que está posto no Código de Ética do Assistente Social, o qual contém princípios e valores em prol da eliminação de preconceitos, da defesa da não discriminação e do respeito à diversidade.

Breve caracterização sócio-histórica

Compreender o exercício da profissão de Serviço Social no tempo presente pressupõe, preliminarmente, entender o contexto em que essa profissão se insere, a configuração econômica, política e social que delinea, entrecruza e dialoga com os Assistentes Sociais no cotidiano de suas intervenções profissionais. Pressupõe localizar o Serviço Social inserido numa sociedade específica, a qual possui, estrutural e conjunturalmente, influências e determinantes centrais para análise da vida social. Estes determinantes fundam as determinações concretas do cotidiano, as quais, por sua vez, condicionam o exercício profissional do Assistente Social (MENDES, 2014). Entendemos por cotidiano o espaço de produção e reprodução da vida social, ou seja, é o espaço onde os homens se relacionam entre si e com a natureza, onde vivem e sobrevivem, onde criam, pensam, agem, produzem e reproduzem (HELLER, 2008; NETTO, 1987).

Diante disto, é necessário promover, constantemente, uma análise crítica e reflexão teórico-prática a fim de responder as demandas do capital² e, também, as necessidades sociais da classe trabalhadora, já que os valores ético-políticos do projeto profissional crítico delineiam uma direção social rumo a uma sociedade livre, justa e igual, ou seja, uma direção social que caminha em paralelo às aspirações dos trabalhadores, usuários dos serviços prestados pelos Assistentes Sociais (MENDES, 2014).

² Essa afirmação não remete ao cumprimento dos objetivos do capital, mas sim ao cumprimento das exigências da condição assalariada do Assistente Social como mediação para a concretização do exercício profissional (MENDES, 2014). Assim sendo, como já sabemos, o Assistente Social enquanto profissional assalariado atende as demandas do capital e do trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As particularidades societárias da atualidade remetem a um recorte temporal que se inicia com a crise do capital de 1970. O que há de fundamental nesse processo é a compreensão da lógica da crise do capital e a consequente reconfiguração do Estado, com impactos diretos nas políticas sociais e, portanto, com concretas consequências para as condições de vida da classe trabalhadora e para o exercício profissional do Assistente Social (MENDES, 2014).

O sistema capitalista é marcado por crises cíclicas, o que faz emergir ora períodos expansivos e ora períodos recessivos, sempre relacionados à sua estrutura própria (contraditória), ao seu desenvolvimento e aos determinantes conjunturais - estes últimos imprimem características específicas em cada período histórico.

O monopolismo é a forma empresarial típica do capitalismo imperialista³ e, neste último, o capital financeiro desempenha papel decisivo, portanto, o imperialismo vive sob a dominação monopólica e financeira.

A década de 1970 é marcada uma crise generalizada do padrão de acumulação capitalista anterior, designado como fordista/keynesiano, embasado em processos rígidos de produção e na intervenção do Estado na vida econômica. Foi o fim dos anos gloriosos (período iniciado em meados dos anos 1940) vividos pelo capitalismo. Aliado a isso sobreveio o reascenso do movimento operário e um descrédito do Estado. O capital monopolista a fim de recuperar o padrão de crescimento anterior recorre a outro regime de acumulação, denominado flexível, que implica, necessariamente, um correspondente modo de regulação. Engendrou-se, então, um conjunto articulado de respostas que transformou intensamente a cena mundial, consubstanciadas na acumulação flexível (via reestruturação produtiva), ideologia neoliberal e financeirização (HARVEY, 1993; MANDEL, 1990). Assim foram dadas as características do capitalismo contemporâneo.

Mészáros (2009) considera que a época contemporânea vivencia uma crise estrutural do sistema do capital, a qual atinge todos os domínios da vida. Para Chesnais (2005), a configuração específica do capitalismo contemporâneo tem o capital portador de juros⁴ localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização (dominação) capitalistas são as instituições financeiras, bancárias e não bancárias e os grupos industriais transnacionais, os quais

³ Conferir Netto e Braz (2007).

⁴ Capital que se valoriza, ou seja, gera dinheiro, sem sair da esfera financeira, através dos juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos a título de posse de ações e, sobretudo, de lucros oriundos de especulações (CHESNAIS, 2005).

organizam a produção de bens e serviços, captam o valor e organizam diretamente a dominação política e social do capital sobre os assalariados.

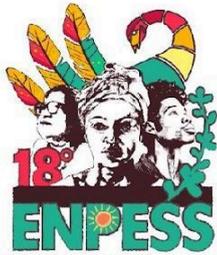
Na América Latina, a crise dos anos 1970 foi enfrentada, principalmente, através de processos repressivos, instalando ditaduras cívico-militares em grande parte do continente e inserindo a agenda neoliberal. O neoliberalismo desencadeou um crescente endividamento externo dos países latinoamericanos e uma grande recessão econômica, fazendo ressurgir na agenda política a necessidade de reformas do Estado.

O ajuste estrutural via política neoliberal ocorreu no Brasil na passagem do fim dos anos 1980 para 1990, trazendo consigo a mutação do papel do Estado e sua “reforma”. Entretanto, como bem concluiu Behring (2008), a direção econômica, política e social da anunciada “reforma” caracterizou-se, na verdade, em sua natureza e implementação efetiva, numa contrarreforma do Estado brasileiro.

A (contra) reforma do Estado significou, sob a ótica de Behring (2008), uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional conduzida pelas classes dominantes. O centro da “reforma”, na realidade, foi o ajuste fiscal e a flexibilização nas relações contratuais de trabalho, alimentando o desemprego, a informalização, a precarização e a superexploração dos trabalhadores brasileiros.

A crise enfrentada na atualidade apresenta novos contornos advindos da mundialização financeira e, por isso, o quadro social e econômico mostra-se incerto, ao mesmo tempo em que repleto de possibilidades oriundas das próprias contradições do sistema. O campo está aberto para as lutas sociais e políticas que caminhem para o tensionamento deste modelo de gestão da vida em sociedade imbricado de incongruências de raiz desumana (MENDES, 2014).

Um elemento importante para se pensar a sociabilidade em que vivemos diz respeito ao perverso saldo do colonialismo europeu para o povo negro no Brasil. Não nos aprofundaremos nessa questão, mas julgamos importante pontuar que, conforme nos ensina Almeida (2017), o regime escravista fundamentado na raça foi determinante para a acumulação primitiva do capital nos países do mundo moderno, dentre eles o Brasil. Aqui, houve uma grande importação de seres humanos escravizados vindos do continente africano, entre os séculos XVI e XIX. Esse “crime contra a humanidade”, nas palavras de Almeida (2017, p. 32), gerou graves consequências para a população negra, sentidas e vividas até os dias de hoje, mas não sem movimentação via ações políticas de contestação e resistência à sociabilidade burguesa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Brasil é considerado como o país da mestiçagem, plural, democrático e acolhedor, o que contribui para disseminar o chamado mito da democracia racial, segundo o qual o cruzamento interracial abranda os conflitos e a distância social entre as raças. O grande problema disso é trazer à tona um suposto imaginário da não existência do preconceito e da discriminação (DIAS, 2015), o que, a nosso ver, torna estes processos fios invisíveis constitutivos da vida social, mas difíceis de serem enfrentados abertamente.

A sociedade brasileira, a despeito deste mito, foi constituída, de acordo com Dias (2015, p. 314), envolta a atrocidades contra as camadas populares, em especial, os índios e negros, a partir de um projeto de colonização que propagava o discurso de inferioridade entre as raças. Conforme a autora “a sociedade brasileira tem o racismo e suas práticas hierarquizantes como base das relações sociais entre negros e não negros”.

Para fins elucidativos, entendemos que

Raça [...] é construída nas relações sociais e, portanto, deve ser concebida como uma construção social, forjada na história a partir de relações de poder com vistas, ao exercício da dominação/exploração. Ainda é lanni que nos afirma que a raça não é uma condição biológica, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida nas relações sociais, envolvendo correlação de forças, bem como processos de dominação e apropriação. Racializar é igualmente classificar e hierarquizar, revelando-se, inclusive, uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder (ALMEIDA, 2017, p. 38, grifos da autora).

Já em relação ao racismo, o compreendemos como o tratamento desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural baseado em questões de raça, como por exemplo, a cor (EURICO, 2013).

Essencial demarcar que a raça tem uma funcionalidade no capitalismo monopolista, já que na sociabilidade burguesa “a raça e o racismo ganham primazia a partir da conformação do trabalho, tanto no regime escravista quanto na esfera da indústria (trabalho livre)” (ALMEIDA, 2017, p. 34, grifos da autora). Essa mesma autora continua sua exposição afirmando que “as práticas discriminatórias baseadas na raça criam constrangimentos e obstaculizam a emancipação desses sujeitos sociais, pois no capitalismo o trabalho é alienado e, portanto, não há lugar para a realização plena desses sujeitos” (ibid.id.).

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns dos

estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal (ALMEIDA, 2017, p. 38).

Conforme Almeida (2017), o racismo antinegro é um fenômeno capitalista e através do Estado e seus agentes há uma promoção de genocídio da população negra, nas execuções sumárias, nas superlotações do sistema prisional, no silêncio sobre o feminicídio das mulheres negras heterossexuais, lésbicas e transexuais, como expressões do racismo patriarcal⁵ estruturantes das relações sociais de raça, sexo e classe.

Como se vê, estamos diante de um processo contínuo de regressão de direitos e ataque às condições mínimas de vida e de trabalho e todos os sujeitos envolvidos nas relações sociais capitalistas, de formas distintas (e alguns em maior intensidade), sofrem as consequências desse processo. Assim, profissionais que atuam diretamente com as expressões da questão social e com a garantia/efetivação dos direitos humanos e sociais são desafiados cotidianamente na luta progressista (MENDES, 2014).

Almeida (2017) nos chama a atenção para a importância de se pensar os efeitos do racismo nas condições de vida da população negra usuária dos serviços sociais e descortinar os mecanismos inibidores do acesso aos bens e serviços que a classe dominante racista elabora. Entendemos que essa tarefa está posta aos Assistentes Sociais no exercício profissional cotidiano e a análise dos elementos supracitados é fundamental para compreensão da totalidade desta realidade e para construção de respostas profissionais alternativas e progressistas.

Reflexões sobre o exercício profissional do Assistente Social frente à questão racial e ao racismo

É no contexto sócio-histórico brevemente exposto acima que o Serviço Social enquanto profissão se insere, participando da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Sabemos que a razão de ser da profissão tem como primeiro elemento de compreensão sua inserção e papel no sistema capitalista, já que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na dinâmica de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2005).

⁵ “Na acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (Dehphu 2009 apud CISNE, 2014, p. 135, *grifos da autora*).

Portanto, o Serviço Social vincula-se estruturalmente à questão social, sendo que a gênese da questão social está no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho, essência do modo de produção capitalista. A questão social é entendida aqui como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, oriundas do conflito capital x trabalho (NETTO, 2001).

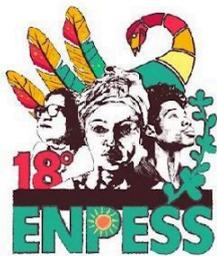
Partimos do entendimento de que a questão racial e o racismo se configuram enquanto expressões da questão social e se manifestam nos modos de viver e sobreviver dos negros agravando outras expressões da questão social vivenciadas por eles, ou seja, o racismo traz diferentes determinações para a fome, o desemprego, a miséria, a segregação espacial, o encarceramento, a violência doméstica, dentre outras.

Iamamoto (2005) nos esclarece que a reprodução das relações sociais engloba tanto a reprodução material (reprodução das forças produtivas) quanto à reprodução das relações de produção, que incluem também a reprodução espiritual, ou seja, a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores e práticas culturais e políticas e do modo como as ideias são produzidas nessa sociedade. Como nos ensina Yazbek (2009, p. 127), são as formas de consciência social, quais sejam: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, “através das quais o homem se posiciona na vida social”.

A profissão é polarizada por interesses de classes distintos, o que leva a implicações políticas, havendo uma disjunção entre os interesses de quem contrata o Assistente Social – empregador - e os interesses de quem se constitui como alvo da ação profissional - os usuários dos serviços (IAMAMOTO, 2005), definidos por Yazbek (2009) como o segmento mais empobrecido e subalternizado da sociedade. O Assistente Social, portanto, intervém diretamente nas relações sociais estabelecidas entre capitalistas e trabalhadores e, também, nas relações estabelecidas entre negros e não negros.

O campo de atuação do Assistente Social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que definem as condições concretas do exercício profissional. Apesar disso, o profissional dispõe de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho, conferida por sua competência técnica e política e resguardada pela Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8662/1993 (YAZBEK, 2009).

O Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que se insere está sujeito aos condicionamentos objetivos postos pelas relações contratuais, ao mesmo tempo em que pode construir estratégias profissionais que atendam aos interesses dos usuários,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

considerando suas particularidades e reais necessidades (MENDES, 2014). Nessa lógica, o profissional necessita considerar a questão racial como elemento determinante na vida dos seus usuários negros.

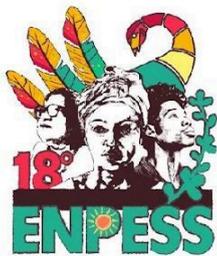
Defendemos que o projeto de profissão crítico, denominado como Projeto Ético-Político⁶ (PEP), é um importante horizonte balizador das ações profissionais, uma vez que ele carrega valores e princípios emancipatórios, de justiça e igualdade social (MENDES, 2014). Entendemos que estes valores estão na base da luta contra a discriminação racial tão arraigada na sociedade brasileira.

Compreendemos o exercício profissional constituído de uma totalidade formada por três dimensões que mantêm uma relação de unidade entre si, quais sejam: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa relação de unidade corresponde a uma unidade na diversidade, ou seja, existe a unidade, mas cada dimensão possui sua particularidade (SANTOS, 2013). A articulação entre essas três dimensões é o caminho possível para um exercício profissional crítico, atento à realidade e às possibilidades de sua transformação.

Sinteticamente, a dimensão teórico-metodológica se refere às matrizes teóricas que auxiliam o conhecimento da realidade, é a teoria como instrumento de análise (reconstrução) do real. A dimensão ético-política diz respeito aos compromissos, escolhas e posicionamentos valorativos da categoria profissional e se reflete num determinado projeto de profissão. Por fim, a dimensão técnico-operativa configura a execução da ação que se planejou, através da utilização de táticas, estratégias e instrumentos que têm por base os valores, as finalidades e a análise do real, ou seja, é a intervenção propriamente realizada (SANTOS, 2013).

O exercício profissional do Assistente Social é determinado pelas condições objetivas sob as quais se desenvolve no cotidiano, o que condiciona a autonomia profissional – autonomia relativa. Este condicionamento se não for refletido criticamente pode levar os Assistentes Sociais a atuarem pragmaticamente, respondendo às demandas profissionais de forma imediata e espontânea, a fim apenas de cumprir o que lhes é exigido -pelo capital - enquanto trabalhadores. Nessa condição, os postulados éticos e políticos (críticos) sob os quais se constroem a profissão podem se afastar de sua efetividade na realidade do cotidiano profissional. Isso porque os Assistentes Sociais acabam realizando (sob exigência institucional) atividades repetitivas,

⁶ Projeto este vinculado à Renovação Crítica do Serviço Social, o qual vem sendo construído coletivamente desde o final da década de 1970 (NETTO, 2008). O PEP materializa-se no Código Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/1993 - e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

burocráticas e fragmentadas, típicas do Serviço Social tradicional ou conservador⁷, com o qual rompemos, ainda que parcialmente, na década de 1980, através do movimento de intenção de ruptura, dentro do processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro⁸ (MENDES, 2014).

Assim, torna-se necessário realizar uma apreensão crítica das demandas profissionais no intuito de se traçar a melhor estratégia profissional considerando o compromisso ético-político do Assistente Social. Estamos nos referindo a ações refletidas, planejadas, não pragmáticas (ibid.).

O Assistente Social atua no cotidiano com complexas situações de desigualdade social, além de sofrer a precarização do mundo do trabalho por ser ele também um trabalhador assalariado. O cotidiano é movido e movente de determinações, mediações e contradições e, por isso, deve ser adentrado em sua essência e totalidade (MENDES, 2014).

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social (EURICO, 2013, p. 295-296).

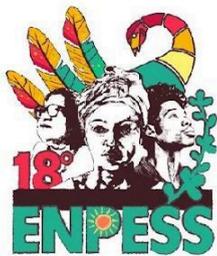
Considerando isso, é importante que o Assistente Social direcione seu olhar crítico para as demandas profissionais postas pela questão racial e pelo racismo vivenciados no cotidiano dos usuários negros, a fim de captar as determinações e contradições e construir as respostas profissionais (mediações) que correspondam às necessidades sociais destes usuários.

O Assistente Social depara-se em seu cotidiano com diversos usuários e com expressões diferenciadas da questão social. Além da necessária compreensão acerca do contexto sócio-histórico, institucional e da mediação da política social com a qual trabalha, já sabemos da importância do desvelamento da realidade de vida do usuário atendido e percebemos a indispensabilidade da consideração do quesito raça/cor para análise das situações, intervenções e encaminhamentos. Ao atender um usuário negro, o profissional não pode ignorar essa condição de estar no mundo, a qual carrega facetas ainda mais cruéis de vivência das desigualdades sociais brasileiras.

É preciso considerar que o pertencimento étnico-racial é um fator de acesso desigual às políticas públicas ou determinante nas situações de maior probabilidade de adoecimento e/ou

⁷ Quando falamos em conservadorismo temos como referência o Projeto Ético-Político, ou seja, uma perspectiva conservadora é aquela contrária à perspectiva crítica expressa em tal projeto.

⁸ Para estudo do processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro consultar a obra "Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64" de José Paulo Netto (2008).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

morte em certas circunstâncias, de sofrer violência física e/ou psicológica e de discriminação racial (EURICO, 2013).

Para enfrentar o racismo é preciso combater o capitalismo e reconhecer que o racismo é uma mediação estruturante do domínio do capital, que não deve ser negligenciado, na produção das desigualdades sociais no Brasil (ALMEIDA, 2017).

Dias (2015) afirma que a naturalização das diferenças e a naturalização das desigualdades raciais são fatores que se combinam, são intrínsecos um ao outro e que contribuem para a fragmentação da identidade do negro. Ao dissertar sobre a determinação do fator raça/cor na exclusão ou inclusão dos indivíduos, a autora averigua o seguinte:

A exclusão da população negra é constatada em todos os indicadores sociais, demonstrando que tal população permanece em situação de profunda desigualdade, situando-se nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira (ibid., p. 313).

É preciso considerar que numa sociedade racializada e marcada pela tradição colonial, o racismo opera destituindo a condição humana, o que compromete em grande medida a saúde mental e física dos negros, vítimas contundentes de desgaste físico, humilhações, preconceito e discriminações, conforme Almeida (2017).

A mesma autora elucida que a hegemonia dos padrões civilizatórios euro norte-americanos tem provocado silenciamentos, invisibilidades e dores para aqueles que não escolhem ou vivenciam a supremacia branca como expressão de sua existência. Graves consequências sentidas pela população negra são, por exemplo: o deslocamento para espaços desqualificados marcados pela segregação; concentração nas ocupações precárias e de menor remuneração; encarceramento; extermínio de jovens negros; objetificação do corpo negro; violências e estupro de mulheres negras; LGBTfobia; dentre outras.

Gostaríamos de sinalizar que as determinações de gênero⁹ ou 'relações sociais de sexo', conforme termo utilizado por Cisne (2014), configuram uma opressão/exploração das mulheres (inclusive mulheres trans), uma desigualdade entre os sexos, ou seja, são relações sociais de poder baseadas no sexo e/ou sexualidade e identidade de gênero, as quais estão também sedimentadas nas relações estruturantes do ser social, com destaque para a classe social (ibid.).

⁹ Não entraremos no debate sobre a questão de gênero e sobre o feminismo neste texto por questões de foco e temática. Contudo, avaliamos como necessário apontar no decorrer da argumentação o significado de algumas categorias devido a importante relação estabelecida na sociedade capitalista entre classe social, gênero e raça, considerando que a classe trabalhadora transita entre diferentes opressões. Ou seja, são especificidades indispensáveis para qualquer análise.

Considerando isso, podemos inferir que as mulheres negras e, ainda mais, as mulheres negras pobres vivenciam a desigualdade social e racial de forma muito contundente e concreta.

Sem perder a perspectiva central da classe social e da centralidade do trabalho, concordamos com Almeida (2017) quando afirma que é preciso pensar a diversidade sexual com a devida análise do racismo, do machismo, da misoginia e LGBTfobia e como estas opressões assumem expressões variadas no mundo privado. Dias (2015) esclarece que é necessário compreender as desigualdades na estrutura social e no sistema de classes, destacando a condição racial em meio a essas desigualdades.

Citando Silva e Hasenbalg (1992), Dias (2015) traz mais contribuições sobre a relação existente entre raça e classe social:

Silva e Hasenbalg (1992), afirmam que o vínculo entre raça e classe se dá quando a raça funciona como mecanismo de seleção social, determinando o lugar onde cada sujeito deve ocupar. Assim, a condição étnico-racial funciona dentro da lógica capitalista inclusive como um critério de seleção para a projeção social. Portanto, nessa lógica, o sistema capitalista se sustenta a partir da relação de exploração de classe e, por sua vez, essa exploração se expressa através de múltiplas formas de dominação, dentre elas as de gênero, raça e etnia, pois, por detrás dos preconceitos, sempre se encontram fatores econômicos, nos quais se escoram aqueles que querem explorar a força de trabalho a quem imputaram algum tipo de inferioridade (DIAS, 2015, p.322-323).

A partir disso, entendemos que o Assistente Social em seu exercício profissional precisa se atentar, também, às diferenciações dentro da classe social, ou seja, compreender os diferentes modos de vida dos usuários e suas formas de vivência da questão social. Imperativo reiterar que a racialização da questão social torna os negros as maiores vítimas da desigualdade social estrutural desse sistema. Essa compreensão está na base da luta contra o preconceito e a opressão racial, mas também da luta pela superação da opressão capitalista, ou seja, da transformação societária.

O compromisso ético e político dos Assistentes Sociais está evidenciado por princípios e valores contidos no Código de Ética Profissional, dentre os quais destacamos: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Compreendemos não ser possível eliminar as determinações concretas da vida social cotidiana, mas julgamos que partindo delas e procedendo a uma análise e intervenção críticas temos um fecundo campo de ação no sentido do que está posto em nosso projeto de profissão em termos de valores humano-genéricos, críticos e de luta política. Isso porque consideramos que o exercício profissional se realiza no espaço da vida cotidiana, portanto, neste espaço estão postos os limites, mas, também, as possibilidades da atuação profissional (MENDES, 2014).

Mostra-se indispensável desvelar os fenômenos da vida cotidiana, conhecer a realidade, a profissão, as demandas profissionais e o espaço institucional em que cada profissional se encontra. Estar alinhado ao direcionamento do Projeto Ético-Político pode favorecer uma atuação conscientemente crítica e a favor da defesa e ampliação dos direitos da classe trabalhadora, conforme previsto no Código de Ética Profissional.

A conformação da classe trabalhadora brasileira é marcada por determinantes de ordem racial, regional, cultural, de gênero, dentre outros. O desconhecimento sobre as reais condições de vida da população, em especial, da população negra, acaba por contribuir com a manutenção das desigualdades e discriminações raciais (DIAS, 2015). Por isso, a importância do Assistente Social conhecer concretamente as especificidades de seus usuários em todas as suas determinações, conectando-as à análise mais ampla da vida na sociedade capitalista. Fica evidente que a classe trabalhadora brasileira tem cor e raça e isso é um elemento importante na análise e intervenção profissional.

Considerações finais

O debate sobre a questão racial e o racismo deve nos fazer concluir de antemão que os brancos usufruem de privilégios no Brasil. A lógica capitalista necessita manter o privilégio racial dos brancos e o faz na atualidade por mecanismos de exclusão - dos negros - diversificados.

Torna-se imperativo pensar, conforme nos alerta Dias (2015), sobre a intrínseca relação que existe entre o racismo e a estrutura de classes. Trata-se da necessidade de enfrentar a herança racista, patriarcal e do pensamento eurocêntrico (com ideal de branqueamento imposto) configuradores da sociedade brasileira.

O racismo perpassa todas as esferas da vida cotidiana, se reproduz nas instituições e constantemente é naturalizado. Apesar disso, precisamos reconhecer que as diversas mobilizações do movimento negro culminaram em medidas como a criminalização do racismo, as

políticas afirmativas, a defesa da equidade na educação e na saúde, entre outros direitos sociais (EURICO, 2013).

De acordo com Dias (2015), o movimento social negro coloca a necessidade de não apenas combater o racismo, mas efetivamente atuar para a promoção da igualdade racial. Assim, pensamos ser preciso refletir e assumir as responsabilidades pelo escravismo e as consequências de marginalização social, política, econômica e cultural dos descendentes africanos em território brasileiro e como isso impacta a vida cotidiana do usuário do Serviço Social.

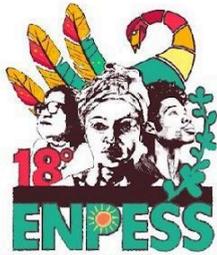
É preciso pensar a formulação de novos valores e percepções por parte da sociedade ante a esse contexto de racismo estrutural e há que se criarem espaços críticos em que sejam produzidos conhecimentos reais sobre a história das relações raciais e dos impactos dessa manifestação para a vida das pessoas negras (DIAS, 2015). Avaliamos que esse debate deve ser realizado e apropriado entre/por negros e brancos.

A forma como as instituições públicas estão estruturadas pode reforçar o racismo contra amplas parcelas da população em virtude de sua origem étnico-racial (EURICO, 2013). Uma importante estratégia de enfrentamento é conhecer a rede socioassistencial para atendimento de vítimas de discriminação racial e os mecanismos legais que tentam coibir as práticas discriminatórias presentes na sociedade brasileira, como: a Lei nº 7.437, conhecida como Lei Caó, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça/cor; a Lei nº 10.639, que torna obrigatório nas escolas de nível fundamental e médio o ensino de história da África e a contribuição dos povos africanos para a formação do Brasil; e o Estatuto da Igualdade Racial (ibid.).

Pensamos que romper com o pragmatismo e o imediatismo no exercício profissional do Assistente Social pode favorecer ações de desconstrução do racismo, ao menos a fim de problematizá-lo e de construir estratégias políticas concretas junto aos usuários e à instituição.

O próprio caráter contraditório das relações sociais e a relativa autonomia de que dispõe o Assistente Social configuram-se como margens que possibilitam a ampliação do 'campo de manobra' profissional no cotidiano, favorecendo ações que estão articuladas ao caráter progressista do projeto profissional, alinhado a um projeto de sociedade que defende a igualdade e a justiça social, o que requer a construção de mediações estratégicas, individuais e coletivas (MENDES, 2014).

Finalizamos o caminho argumentativo construído até aqui com duas importantes reflexões:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] não é mais tolerável na atualidade a falta de compromisso profissional coletivo em relação à *questão racial*, seja porque há um amplo debate na sociedade sobre a promoção da igualdade racial — ainda que historicamente os grupos dominantes continuem tentando desqualificar a luta coletiva —, seja porque o projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais (EURICO, 2013, p. 308, *grifo da autora*).

Referimo-nos aqui à importância dos movimentos sociais e políticos de esquerda que incorporem a luta feminista, antirracista e anticapitalista para a construção de um projeto societário radicalmente pautado na liberdade e na igualdade substantivas. Em outras palavras, cremos na relevância dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, ou seja, centralizados por um projeto de classe, que é o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais. Todavia, tal projeto deve, necessariamente, incorporar a luta feminista e antirracista para que possamos pensar em uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração (CISNE, 2014, p. 147)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. In: **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929>.

BEHRING, R.E. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

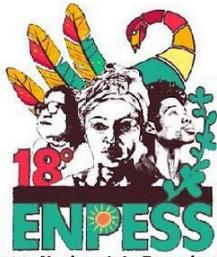
CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

DIAS, S. A. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, p. 311-333, jan./jun. 2015.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n114/n114a05.pdf>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Proposta de Interpretação Histórico-Methodológica (Parte I). In: IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANDEL, E. **A crise do capital**. São Paulo-Campinas, Ensaio-Unicamp, 1990.

MENDES, D. L. P. **Serviço Social e Cotidiano**: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 17-46.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS/Grafine, ano II, n.3, p. 41-49, Jan/Jun 2001.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; Falcão, M. C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica do Serviço Social; v.1).

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. In: **Revista Conexão Geraes**, nº 3, ano 2. CRESS-MG: Belo Horizonte, 2º semestre de 2013.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009, p. 125-141.